



XIX Encontro Iniciação Científica & IV Mostra de Extensão

20 A 23
NOVEMBRO

Título: O Imbróglio da Instituição e dos Efeitos do Novo Regime Fiscal do Brasil

Autores: Claudia Pereira Da SILVA; Cláudia Pereira Da SILVA; Leiner Marchetti PEREIRA

Este estudo tem por escopo, assimilar, descrever e elucidar um dos temas mais expressivos e polêmicos dos últimos anos, qual seja, o imbróglio da instituição e dos efeitos do Novo Regime Fiscal do Brasil, previsto para vigorar nos próximos vinte anos. O assunto aludido produziu ampla e relevante repercussão nacional, trazendo consigo impetuosos protestos, debates e discussões por toda sociedade civil brasileira, desde o seu método de elaboração pelo Poder Executivo, advindo através da PEC/241, e que, até então subsiste, pois, ao final dos trâmites legais foi incorporado à Constituição da República no dia 15 de dezembro de 2016 como Emenda Constitucional nº 95. Insta salientar que, a referida emenda instituiu um teto para os gastos públicos, ou seja, um rígido mecanismo de controle de gastos às despesas primárias da União, aquelas precisamente utilizadas com a máquina pública e os serviços públicos ofertados a população. Não obstante sua recepção faz-se crucial compreender o tema em questão, uma vez que, além das inúmeras divergências relativas ao assunto explorado, a norma constitucional em apreço se deu em um estágio de acentuada estagnação financeira e recessão econômica, dispendo como justificativa para reequilibrar o déficit nas contas públicas governamentais, viabilizando assim, a recuperação da economia brasileira, que teria se sucumbido diante de um “suposto” comportamento fiscal leviano do governo anterior. Destarte, buscar-se-á com a presente pesquisa, através do método analítico dedutivo, averiguar seu dilema ante aos preceitos garantistas da Constituição Cidadã promulgada no dia 05 de outubro de 1988 e a readequação das finanças da União, no intuito primevo de procriar através deste trabalho cidadãos mais interativos e críticos diante do lastimável cenário vivenciado no Brasil.

Palavras-chave: Teto dos gastos públicos, Emenda Constitucional 95/2016, Novo Regime Fiscal.